



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Vol. 18, Núm. 3, novembro, 2025, 741- 781

**Psicologia Fenomenológico-Existencial e Abuso Sexual na Infância e
Adolescência: digressões teóricas!**

**Phenomenological-Existential Psychology and Sexual Abuse in Childhood
and Adolescence: Theoretical Digressions!**

**Psychologie phénoménologique-existentielle et abus sexuels dans
l'enfance et l'adolescence: digressions théoriques!**

Ewerton Helder Bentes de Castro¹
Adinamor Nazareth Viana de Souza²
Samara Natália Sole Robles³
Maria Eduarda Matos Pinheiro⁴
Gustavo Rosendo Costa⁵
André Silva Malagueta⁶
Ariel de Souza Paixão Marques⁷

Resumo

¹ Pós-Doutor e Doutor em Psicologia pela FFCLRP/USP. Mestre em Educação pelo Programa em Pós-graduação em Educação – PPGE/UFAM. Professor Associado da Faculdade de Psicologia/UFAM. Docente do curso de graduação em Psicologia/FAPSI/UFAM. Líder do Grupo de pesquisa de Psicologia Fenomenológico-Existencial (CNPq). Coordenador do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial (LABFEN/UFAM). Coordenador do Projeto Plantão Psicológico em escola do sistema público de ensino em Manaus. E-mail: ewertonhelder@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2227-5278>

² Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário FAMETRO. Membro do Plantão Psicológico em Escola do sistema público de ensino em Manaus. E-mail: adinamorjunior@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/00009-0004-7622-1552>

³ Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário FAMETRO. Membro do Plantão Psicológico em Escola do sistema público de ensino em Manaus. E-mail: samarasole@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-1030-4508>

⁴ Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário FAMETRO. Membro do Plantão Psicológico em Escola do sistema público de ensino em Manaus. E-mail: matos0065@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-4555-8974>

⁵ Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário FAMETRO. Membro do Plantão Psicológico em Escola do sistema público de ensino em Manaus. E-mail: gustavorosendocosta1@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-9465-2642>

⁶ Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário FAMETRO. Membro do Plantão Psicológico em Escola do sistema público de ensino em Manaus. E-mail: malaguetaandre723@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-0698-9559>

⁷ Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário FAMETRO. Membro do Plantão Psicológico em Escola do sistema público de ensino em Manaus. E-mail: arielpaixao135@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-5116-6778>



A intersecção entre a psicologia fenomenológico-existencial e o abuso sexual na infância e adolescência envolve exame profundo das experiências subjetivas dos indivíduos afetados, reconhecendo a singularidade de cada trajetória pessoal. Este estudo, sob o viés qualitativo de pesquisa, busca aprofundar a reflexão acerca desse fenômeno que tem apresentado crescimento exponencial a nível mundial. Para isso, são apresentados os seguintes tópicos: *Conceitos relevantes, Compreensão do Abuso Sexual, Definição e Tipos de Abuso, Causas e Fatores de Risco, Impactos do Abuso Sexual na Infância, Efeitos Psicológicos, Consequências sociais, Impactos do Abuso Sexual na Adolescência, Desenvolvimento Emocional, Comportamentos de Risco, Abordagens Terapêuticas na Psicologia Fenomenológico-Existencial, Terapia Centrada na Pessoa, A Escuta Ativa, Desafios Éticos e Práticos, A Escuta Ativa, Confidencialidade e Consentimento, E nos casos das crises, como fazer?, Prevenção do Abuso Sexual, Programas Educativos, Envolvimento da Comunidade, Políticas Públicas e Legislação, Direitos da Criança e do Adolescente, Leis Relacionadas ao Abuso Sexual, Novas Perspectivas Teóricas.* Conclui-se que a integração de abordagens fenomenológico-existenciais nas intervenções clínicas e na formulação de políticas têm potencial não apenas para possibilitar sair do quadro em que se encontra, mas também para transformar a narrativa em torno do abuso sexual, promovendo a autoria de vida às vítimas e assegurando que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas.

Palavras-chave: Psicologia Fenomenológico-Existencial; abuso sexual na infância e adolescência, acompanhamento psicológico

Abstract

The intersection between phenomenological-existential psychology and sexual abuse in childhood and adolescence involves a deep examination of the subjective experiences of affected individuals, recognizing the uniqueness of each personal trajectory. This study, from a qualitative research perspective, seeks to deepen the reflection on this phenomenon that has shown exponential growth worldwide. To this end, the following topics are presented: Relevant Concepts, Understanding Sexual Abuse, Definition and Types of Abuse, Causes and Risk Factors, Impacts of Sexual Abuse in Childhood, Psychological Effects, Social Consequences, Impacts of Sexual Abuse in Adolescence, Emotional Development, Risk Behaviors, Therapeutic Approaches in Phenomenological-Existential Psychology, Person-Centered Therapy, Active Listening, Ethical and Practical Challenges, Active Listening, Confidentiality and Consent, And in cases of crisis, what to do?, Prevention of Sexual Abuse, Educational Programs, Community Involvement, Public Policies and Legislation, Children's and Adolescents' Rights, Laws Related to Sexual Abuse, New Theoretical Perspectives. It is concluded that the integration of phenomenological-existential approaches in clinical interventions and policy formulation has the potential not



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

only to enable victims to move beyond their current situation, but also to transform the narrative surrounding sexual abuse, promoting empowerment of victims and ensuring that their voices are heard and respected.

Keywords: Phenomenological-Existential Psychology; childhood and adolescent sexual abuse; psychological support

Résumé

L'intersection entre la psychologie phénoménologique-existentielle et les abus sexuels durant l'enfance et l'adolescence implique un examen approfondi des expériences subjectives des personnes concernées, reconnaissant la singularité de chaque parcours personnel. Cette étude, menée dans une perspective de recherche qualitative, vise à approfondir la réflexion sur ce phénomène qui a connu une croissance exponentielle à l'échelle mondiale. À cette fin, les thèmes suivants sont abordés : concepts pertinents, compréhension des abus sexuels, définition et types d'abus, causes et facteurs de risque, impacts des abus sexuels durant l'enfance, effets psychologiques, conséquences sociales, impacts des abus sexuels à l'adolescence, développement émotionnel, comportements à risque, approches thérapeutiques en psychologie phénoménologique-existentielle, thérapie centrée sur la personne, écoute active, enjeux éthiques et pratiques, confidentialité et consentement, que faire en cas de crise ?, prévention des abus sexuels, programmes éducatifs, implication communautaire, politiques publiques et législation, droits de l'enfant et de l'adolescent, lois relatives aux abus sexuels, nouvelles perspectives théoriques. Il est conclu que l'intégration des approches phénoménologiques-existentielles dans les interventions cliniques et l'élaboration des politiques a le potentiel non seulement de permettre aux victimes de surmonter leur situation actuelle, mais aussi de transformer le discours entourant les abus sexuels, en favorisant l'autonomisation des victimes et en veillant à ce que leur voix soit entendue et respectée.

Mots-clés: Psychologie phénoménologique-existentielle ; abus sexuels sur mineurs et adolescents ; soutien psychologique

A intersecção entre a psicologia fenomenológico-existencial e o abuso sexual na infância e adolescência envolve exame profundo das experiências subjetivas dos indivíduos afetados, reconhecendo a singularidade de cada



trajetória pessoal. Essa perspectiva teórica desenvolve-se na premissa de que a vivência de traumas sexuais na infância e adolescência não se limita ao evento em si, mas abrange as interpretações, significados e a forma como esses eventos são integrados à identidade do indivíduo ao longo do tempo. O enfoque fenomenológico-existencial propõe compreensão mais ampla das vivências traumáticas, permitindo que se explorem não apenas os impactos psicológicos e emocionais, mas também a resiliência e as possibilidades de reconstrução em meio ao sofrimento (Maciel & Silva, 2024; Sousa, 2024)

O abuso sexual, em suas diversas manifestações, efetivamente compromete o desenvolvimento saudável e a autonomia dos jovens, levando a sérias consequências, como transtornos de ansiedade, depressão e dificuldades nas relações interpessoais. Ao se mergulhar na narrativa de cada vítima, a psicologia fenomenológico-existencial permite resgatar as vozes muitas vezes silenciadas, promovendo espaço terapêutico onde é possível expressar emoções, recriar significados e reconfigurar a experiência de dor em busca de novas possibilidades de vida. Essa abordagem enfatiza a importância de compreender o ser humano em sua totalidade, levando em conta o contexto social, cultural e histórico que permeia as experiências de abuso (Castro & Meira, 2025; Lima et al., 2022)

A nosso ver, a prevenção e intervenção no campo do abuso sexual infantil e adolescente devem ser informadas por esse entendimento mais amplo. Recursos educacionais e terapêuticos fundamentados nessa perspectiva podem facilitar a escuta ativa e o empoderamento das vítimas, promovendo sua autonomia e identidade. A partir das práticas fenomenológicas, potencializar-se-á não apenas a recuperação individual, mas também a sensibilização social sobre o tema, almejando futuro em que as vozes dos mais vulneráveis sejam ouvidas e respeitadas, contribuindo para o enfrentamento do estigma e a promoção de ambiente mais seguro e justo para todos. Assim, a introdução deste trabalho não apenas delimita o escopo da discussão, mas também sinaliza



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

compromisso ético e social essencial na luta contra o abuso sexual na infância e adolescência (Campos & Coelho, 2022; Rodrigues, 2022).

O estudo apresenta temáticas correlacionadas à temática central, tendo sido subdivididos para melhor compreensão.

Conceitos relevantes

A psicologia fenomenológico-existencial surge como corrente que refina a compreensão do ser humano, colocando ênfase na experiência subjetiva e na liberdade individual. Em seu cerne, está a ideia de que cada pessoa é um ser de significados, atuando e interpretando o mundo a partir de sua própria perspectiva única. Este arcabouço teórico é fortemente influenciado por pensadores como Edmund Husserl, que enfatizou a importância da intencionalidade da consciência, e Martin Heidegger, que explorou o conceito de ser no mundo, ou “Dasein”. A fenomenologia propõe que entender a experiência humana exige a suspensão de julgamentos pré-concebidos, permitindo que as vivências se manifestem em sua totalidade (Castro et al., 2025; Alves & Scorsolini-Comin, 2024).

Dentro desse contexto, a noção de autenticidade se destaca como conceito essencial, referindo-se ao reconhecimento da própria existência e às escolhas que dela derivam. A autenticidade implica em comprometimento com a própria verdade, projetando-se no mundo através de ações que refletem a individualidade. Contudo, quando essa autenticidade é ameaçada, como ocorre em casos de abuso sexual na infância e adolescência, as consequências são profundas e duradouras. O impacto do trauma pode distorcer a percepção de si mesmo e do mundo, criando ciclo de alienação e desajuste. Além disso, a liberdade, outro conceito fundamental, é afetada. O abuso pode privar o indivíduo da capacidade de escolher livremente, levando ao sentimento de impotência e vulnerabilidade (Silva et al., 2025).



A psicologia fenomenológico-existencial também considera o papel do corpo como experiência vivida, reconhecendo a interconexão entre corpo e mente. Propõe que a experiência corporal é central na maneira como construímos nosso entendimento do mundo, tendo implicações diretas nas vivências traumáticas. Quando o corpo é invadido ou maltratado, a experiência existencial fica profundamente marcada, refletindo-se em diferentes esferas da vida da vítima. Assim, ao abordar as consequências dos abusos em estágios da vida em que a identidade e a auto-percepção estão em formação, permite compreensão mais rica e múltipla das respostas emocionais e comportamentais dos indivíduos afetados (Castro & Meira, 2025). Assim, os principais conceitos da psicologia fenomenológico-existencial não apenas trazem luz sobre as complexas dinâmicas do ser, mas também oferecem quadro para a compreensão do sofrimento profundo gerado pela violência sexual na infância e adolescência.

Compreensão do Abuso Sexual

O abuso sexual é um fenômeno complexo que se insere em contexto multifacetado, englobando diversas definições e tipos que variam conforme fatores culturais, sociais e individuais. Este comportamento pode ser entendido como qualquer ato sexual imposto a uma pessoa sem o seu consentimento, o que abrange desde toques inapropriados até a penetração forçada. Os tipos de abuso sexual vão além do contato físico, incluindo a exploração sexual por meio de manipulação emocional e coerção, podendo ocorrer em ambientes familiares, escolares ou comunitários. Além disso, a violência sexual não se restringe apenas a sua manifestação física; existe a necessidade de reconhecer a violência psicológica e emocional que frequentemente acompanha essas experiências, impactando severamente o desenvolvimento emocional e psicológico das vítimas (Pires, 2023; 2025; Silva et al., 2021)



As causas do abuso sexual são diversas e muitas vezes interconectadas, envolvendo entrelaçamento de fatores psicológicos, sociais e estruturais. Em muitos casos, o agressor é alguém próximo à vítima, o que torna a situação ainda mais complexa (Pires, 2023). Fatores de risco incluem a presença de relações familiares disfuncionais, a normalização da violência em ambientes sociais e a falta de educação sexual adequada. A vulnerabilidade das crianças e adolescentes a esses atos é amplificada por contextos socioeconômicos desfavoráveis, onde a falta de recursos e suporte torna mais difícil a proteção e a prevenção (Gomes & Mallmann, 2021). A cultura do silêncio e o estigma associado à vítima frequentemente inibem a denúncia e a busca por ajuda, perpetuando um ciclo de abuso que pode durar anos (Dalla & Menegon, 2023). A compreensão do abuso sexual, portanto, exige análise cuidadosa que leve em conta não apenas as características do ato em si, mas também as dinâmicas de poder, as estruturas sociais e os mecanismos que perpetuam esse fenômeno, promovendo assim debate necessário sobre prevenção, intervenção e tratamento das vítimas.

Definição e Tipos de Abuso

O abuso sexual na infância e adolescência é um fenômeno complexo que se refere à exposição de menores a atividades sexuais que não compreendem, em que há a presença de desequilíbrio de poder ou autoridade. Esta interação pode envolver o uso da força, manipulação, coerção, ou mesmo a exploração da influência emocional. A definição de abuso sexual abrange não apenas atos consumados, mas também tentativas, e pode ocorrer em diferentes formas, cada uma com suas particularidades e implicações no desenvolvimento psicológico da vítima (Aguir, 2025).

Os tipos de abuso sexual cometidos contra crianças e adolescentes podem ser classificados em várias categorias. Primeiramente, o abuso sexual intrafamiliar, que ocorre dentro do núcleo familiar, geralmente envolvendo



membro que exerce papel de cuidador. Este tipo de abuso é particularmente insidioso, pois explora a confiança e a vulnerabilidade da criança, tornando a recuperação emocional processo desafiador. Em contraste, o abuso extrafamiliar envolve a exploração sexual perpetrada por indivíduos fora do ambiente familiar, que podem utilizar estratégias como aliciamento e manipulação para concretizar seus objetivos (Gomes & Mallmann, 2021).

Convém ressaltar que, o abuso sexual pode ser categorizado em abuso físico, que envolve contato sexual direto, e abuso não físico, que inclui exposições indesejadas, como a exibição de conteúdos pornográficos ou o envolvimento em discussões sexualmente explícitas (Silva & Castro, 2025). Importante é reconhecer o impacto duradouro que cada tipo de abuso pode ter: desde consequências emocionais, como ansiedade e depressão, até problemas de relacionamento e dificuldades de desenvolvimento sexual saudáveis. A estrutura fenomenológico-existencial da psicologia se destina a explorar estas experiências de maneira profunda, buscando entender as vivências subjetivas das vítimas e os significados que estas experiências trazem para suas vidas, além das implicações sociais e culturais que permeiam o abuso sexual (Castro & Meira, 2025). Dessa forma, a compreensão do que constitui o abuso sexual e seus diversos tipos é fundamental para promover intervenções eficazes e suporte adequado às vítimas, ajudando-as na elaboração do trauma que muitos carregam por toda a vida.

Causas e Fatores de Risco

Uma interação complexa de fatores individuais, familiares e socioculturais contribui para a ocorrência de abuso sexual durante a infância e a adolescência. Do ponto de vista psicológico, é pertinente considerar tanto os fatores de risco quanto as causas subjacentes que criam ambientes propícios a tais violações. Entre os fatores de risco individuais, frequentemente emergem: histórico de trauma no agressor, desregulação emocional e impulsividade. Essas



características podem levar os indivíduos a cometer atos de abuso, visto que conflitos emocionais não resolvidos podem se manifestar em comportamentos prejudiciais a populações vulneráveis, particularmente crianças (Castro, 2023).

O ambiente familiar é outro domínio crítico para a compreensão da dinâmica do abuso. Altos níveis de conflito, estratégias parentais ineficazes e falta de supervisão frequentemente caracterizam os sistemas familiares nos quais o abuso ocorre. Crianças que crescem em lares marcados por violência doméstica ou negligência podem desenvolver mecanismos de enfrentamento desadaptativos, tornando-as mais vulneráveis tanto a vivenciar quanto a perpetuar comportamentos abusivos. Ao mesmo tempo, atitudes sociais em relação a gênero, dinâmicas de poder e a normalização da violência frequentemente exacerbam essas vulnerabilidades familiares. Por exemplo, culturas que estigmatizam a discussão sobre sexualidade ou desencorajam a comunicação aberta podem, inadvertidamente, possibilitar condições nas quais o abuso pode prosperar despercebido (Muniz et al., 2023).

Além disso, fatores socioeconômicos devem ser examinados em conjunto com influências psicológicas e familiares. A instabilidade socioeconômica pode limitar o acesso a recursos como apoio à saúde mental, educação e serviços comunitários que, de outra forma, poderiam mitigar os riscos de abuso. Em áreas de baixa renda, os estressores associados às dificuldades econômicas frequentemente agravam as vulnerabilidades existentes, levando ao aumento das taxas de abuso (Soares et al., 2021). Fatores de proteção, incluindo redes sociais positivas, oportunidades educacionais e acesso a serviços de saúde mental, desempenham papel crucial no combate a esses riscos, destacando a importância desta perspectiva teórica multifacetada tanto para a compreensão quanto para o enfrentamento das causas do abuso sexual (Portes et al., 2025). Estratégias de intervenção eficazes devem, portanto, integrar perspectivas sistêmicas e individuais para promover a resiliência e proteger as populações vulneráveis.



Impactos do Abuso Sexual na Infância

O abuso sexual na infância é um fenômeno devastador, cujos impactos se estendem muito além das experiências imediatas, afetando profundamente o desenvolvimento psíquico e social da criança. Os efeitos psicológicos que emergem dessa experiência traumática são variados e podem manifestar-se sob diferentes formas, dependendo de fatores como a idade da vítima, a relação com o agressor e o suporte disponível após o abuso. Efeitos como transtornos de ansiedade, depressão e, em casos extremos, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), podem se tornar crônicos, moldando a forma como a criança percebe o mundo e suas interações sociais. O medo constante, a desconfiança nos relacionamentos e a sensação de desamparo são algumas das emoções que frequentemente acompanham essas vítimas, muitas vezes dificultando a capacidade de formar vínculos saudáveis na vida adulta (Jacó et al., 2023).

Além dos efeitos psicológicos, as consequências sociais do abuso sexual na infância são igualmente profundas e abrangentes. As crianças que passaram por essa experiência frequentemente enfrentam dificuldades em ambientes escolares e sociais, levando a comportamento de isolamento ou, paradoxalmente, a comportamentos desafiadores. O estigma associado ao abuso pode resultar em bullying, marginalização e ciclo de exclusão social que perpetua a dor do trauma vivenciado. Isso, por sua vez, pode desencadear uma série de dificuldades em suas habilidades de socialização, resultando em problemas de relacionamento com colegas, familiares e figuras de autoridade. Dessa forma, o impacto do abuso não se restringe apenas ao bem-estar psicológico, mas se expande a áreas cruciais da vida da criança, afetando sua capacidade de se relacionar, aprender e desenvolver uma identidade saudável (Silva & Castro, 2025).

É, portanto, fundamental compreender que as repercussões do abuso sexual na infância não apenas comprometem o presente, mas também lançado



longas sombras sobre o futuro das vítimas. As intersecções entre os efeitos psicológicos e sociais criam ciclo vicioso que pode ser difícil de quebrar sem intervenções adequadas (Castro & Meira, 2025; Meira et al., 2024). Ter entendimento conciso desses impactos permite que profissionais de saúde mental, educadores e cuidadores implementem estratégias eficazes que protejam e apoiem as crianças, promovendo recuperação mais restauradora e a construção de ambiente propício ao reencontro com a confiança e a esperança.

Efeitos Psicológicos

Os efeitos psicológicos do abuso sexual na infância e adolescência são profundos e frequentemente devastadores, manifestando-se de maneira multifacetada e complexa. As experiências traumáticas decorrentes do abuso podem provocar interrupção no desenvolvimento psicológico saudável da vítima, influenciando negativamente a construção da identidade, a regulação emocional e a percepção de si e dos outros. Dentre as reações mais comuns, surgem distúrbios de ansiedade e depressão, que podem se manifestar como crises agudas ou como estados prolongados de mal-estar emocional. As crianças e adolescentes podem vivenciar flashbacks do trauma, hipervigilância e dificuldades de concentração, resultando não apenas em desafios acadêmicos, mas também na formação de vínculos interpessoais saudáveis (Silva Brito & Silva, 2025).

Além das repercussões imediatas, os efeitos psicológicos do abuso sexual frequentemente persistem na vida adulta, revelando-se em padrões de comportamento disfuncionais e em dificuldades na manutenção de relacionamentos íntimos. As vítimas podem desenvolver autoimagem distorcida, caracterizada por sentimentos de culpa, vergonha e desvalorização, que minam a autoestima e a capacidade de se relacionar no futuro. Ademais, a internalização do trauma pode propiciar comportamentos autodestrutivos, como uso de substâncias, autolesão ou até tentativas de suicídio, tornando



imprescindível uma abordagem terapêutica adequada e sensível ao contexto vivido pelo indivíduo (Almeida, 2025; Tirabassi et al., 2022).

No campo da psicologia fenomenológico-existencial, é crucial compreender a experiência do indivíduo na totalidade de seu contexto. O foco deve ser a vivência subjetiva e a forma como a vítima interpreta e lida com os efeitos do trauma. Tal abordagem incentiva o fortalecimento de recursos internos e a construção de narrativa coerente da experiência, permitindo que o sujeito ressignifique seu passado e busque formas saudáveis de enfrentamento (Meira & Castro, 2024). Este processo terapêutico, ao considerar a singularidade de cada história, promove o empoderamento e a recuperação, contribuindo para que as vítimas possam reconstruir suas vidas, mesmo diante das marcas deixadas pelo abuso.

Consequências Sociais

As consequências sociais do abuso sexual na infância e adolescência são profundas e multifacetadas, impactando não apenas as vítimas, mas também a dinâmica familiar e a estrutura da comunidade em que estão inseridas. Quando uma criança ou adolescente sofre essa forma de violência, frequentemente enfrenta dificuldades em estabelecer relacionamentos saudáveis e de confiança ao longo de sua vida. Além disso, o estigma associado ao abuso pode levar ao isolamento social, onde as vítimas se distanciam de seus pares, resultando em precarização de suas redes de apoio emocional e afetivo. Essa solidão aumenta o risco de comportamentos autodestrutivos, como abuso de substâncias ou tentativas de suicídio, reforçando um ciclo de sofrimento que pode perpetuar-se caso não haja intervenções adequadas (Almeida, 2025; Castro & Meira, 2025).

Os efeitos sociais também se estendem aos familiares das vítimas. Muitas vezes, um histórico de abuso pode acarretar disfunções familiares, turbulências na dinâmica de parentalidade e até divórcios, à medida que as famílias tentam lidar com o trauma de maneira inadequada ou negam a gravidade da situação.



Os pais, além de se confrontarem com a dor emocional de ver um filho sofrer, podem experienciar sentimentos de culpa, vergonha e inadequação, o que pode prejudicar ainda mais a capacidade da família de funcionar de forma coesa e solidária (Tirabassi et al., 2022).

Para além do contexto familiar, a sociedade em geral é afetada pela normalização do silêncio em torno do abuso sexual, perpetuando um ciclo de impunidade e desinformação. A falta de diálogo aberto sobre o assunto não apenas minimiza a gravidade do problema, mas também impede a abordagem em níveis educacionais e profissionais, limitando o reconhecimento e a prevenção (Santos & Amorim, 2024). Concomitantemente, a estigmatização das vítimas frequentemente resulta em políticas sociais que carecem de sensibilidade e eficácia, exacerbando as injustiças já vivenciadas. Portanto, a compreensão das consequências sociais do abuso sexual é vital para desenvolver intervenções que promovam seu bem-estar e a reintegração social das vítimas, além de construir um tecido social mais empático e acolhedor.

Impactos do Abuso Sexual na Adolescência

O impacto do abuso sexual na adolescência tem repercussões profundas e multifacetadas que afetam não apenas o desenvolvimento emocional, mas também os comportamentos dos jovens. Os adolescentes que vivenciam essa forma de violência muitas vezes enfrentam um turbilhão emocional, o qual se traduz em sentimentos de culpa, vergonha e confusão. Essas emoções são exacerbadas pela dificuldade de entender a complexidade da experiência vivida, resultando em uma autoimagem distorcida. Conforme a pesquisa indica, muitos adolescentes desenvolvem sintomas de transtornos mentais, como depressão e ansiedade, que podem perdurar ao longo da vida. A presença de traumas não tratados frequentemente se manifesta em problemas de relacionamento, dificultando a construção de vínculos saudáveis e seguros (Aguilar et al., 2024).



Além desse impacto emocional, os adolescentes que sofreram abuso sexual tendem a se envolver em comportamentos de risco, como o abuso de substâncias, atividades sexuais precoces ou promíscuas e mesmo atos de autolesão. Esses comportamentos, que muitas vezes surgem como uma forma de lidar com a dor emocional ou buscar controle sobre suas vidas, podem perpetuar um ciclo vicioso de sofrimento e autodesvalorização. Estudos demonstram que a associação entre experiências de abuso e a adoção de comportamentos de risco é significativa e preocupante, sugerindo que a ausência de intervenções adequadas pode levar a consequências prejudiciais a longo prazo, como gravidez na adolescência e infecções sexualmente transmissíveis (Castro & Sousa Alves, 2025).

É crucial notar que esses efeitos não ocorrem de forma isolada, interagindo com fatores sociais e familiares que intensificam a vulnerabilidade do adolescente. O estigma social associado ao abuso sexual pode reforçar a sensação de isolamento e desamparo, enquanto a falta de apoio por parte de amigos e familiares pode dificultar a recuperação emocional (Campos & Coelho, 2022). Portanto, é essencial que abordagens terapêuticas compreendam a complexidade dessa experiência, oferecendo não apenas um espaço seguro para a expressão emocional, mas também estratégias para reconstruir a autoestima e desenvolver habilidades de enfrentamento saudáveis (Castro, 2023; Santos et al., 2023). Esse entendimento amplo é fundamental para promover a resiliência e a recuperação entre os jovens que enfrentam as consequências do abuso sexual.

Desenvolvimento Emocional

O desenvolvimento emocional durante a infância e adolescência é componente vital da formação da identidade e do bem-estar psicológico. Este período é marcado por transformações profundas, onde as emoções começam a ser reconhecidas e expressas de maneira mais complexa. No entanto, o abuso



sexual pode causar disrupção significativa nesse processo, afetando tanto a percepção emocional da vítima quanto a sua capacidade de lidar com experiências afetivas. O trauma resultante do abuso não se limita apenas a danos imediatos, mas frequentemente se projeta ao longo do tempo, influenciando padrões emocionais e interpessoais (Tavares, 2024; Frazão, 2024).

As crianças e adolescentes que vivenciam abusos sexuais frequentemente desenvolvem uma série de reações emocionais que podem incluir ansiedade, depressão, medo e sentimentos de culpa. Esta avalanche de emoções pode se manifestar em dificuldades em estabelecer relações saudáveis, uma vez que a confiança — fator essencial para o desenvolvimento de vínculos interpessoais — é comprometida. Muitas vezes, esses jovens podem enfrentar estado de confusão emocional, onde aprendem a dissociar suas experiências e emoções como mecanismo de enfrentamento. A falta de ambiente seguro e de apoio pode exacerbar esses sentimentos, criando ciclo vicioso que torna o processo de recuperação ainda mais desafiador (Sousa, 2023).

Para abordar as consequências emocionais do abuso, é fundamental promover ambiente de validação e cuidado, onde as vítimas possam explorar suas emoções sem medo de julgamento ou retaliação. O manejo terapêutico deve incluir intervenções que ajudem a restabelecer a auto-estima, promovendo o autoconhecimento e a capacidade de auto-regulação emocional (Castro & Meira, 2025). A psicologia fenomenológico-existencial oferece uma perspectiva que permite que as vítimas do abuso possam narrar suas experiências, reconhecendo suas emoções e reconectando-se com seus sentimentos. Isso não apenas facilita a compreensão do trauma vivido, mas também contribui para a construção de nova narrativa, onde as vítimas não são definidas apenas pelo abuso, mas, sim, pela sua capacidade de resiliência e autodescoberta (Strecht et al., 2022). Assim, a promoção de desenvolvimento emocional saudável é um



passo crucial na reabilitação destas crianças e adolescentes, permitindo-lhes retomar o controle sobre suas vidas afetivas e suas relações com o mundo ao seu redor.

Comportamentos de Risco

No contexto da Psicologia Fenomenológico-Existencial, compreender os comportamentos de risco associados ao abuso sexual na infância e adolescência é essencial para a intervenção eficaz. Os adolescentes que sofrem abuso sexual frequentemente manifestam uma série de comportamentos autodestrutivos, que podem incluir o uso de substâncias, a promiscuidade sexual e a autoagressão. Esses comportamentos não surgem de forma isolada, mas são muitas vezes resposta à dor emocional profunda e ao trauma vivenciado. A falta de suporte emocional e a internalização do sofrimento podem levar esses jovens a recorrer a mecanismos que, embora momentaneamente aliviem sua dor, acabam por agravar sua situação e perpetuar um ciclo de auto-sabotagem (Almeida, 2025).

Adicionalmente, a desregulação emocional e a impulsividade, comuns entre aqueles que foram vítimas de abuso, podem manifestar-se em comportamentos de risco ainda mais preocupantes. A exposição a ambientes perigosos e relacionamentos tóxicos pode acelerar a vulnerabilidade desses indivíduos, deixando-os propensos a consequências negativas, como participação em atividades delituosas ou envolvimento em círculos sociais prejudiciais. Assim, a construção da identidade baseada na dor e no trauma pode resultar em visão distorcida de autoeficácia e valor próprio, gerando padrão de comportamento onde a busca por validação externa se torna predominante (Macedo et al., 2025).

A relação entre o abuso sexual e os comportamentos de risco é complexa e multifacetada, requerendo abordagem abrangente que considere não apenas os aspectos psicológicos, mas também sociais e culturais que envolvem o



indivíduo (Castro, 2022). Intervenções terapêuticas que utilizem a perspectiva fenomenológico-existencial podem fomentar espaço seguro para esses jovens se expressarem, incentivando a ressignificação das experiências traumáticas e a construção de nova narrativa sobre si mesmos (Alessi & Barbosa, 2023). Assim, é fundamental a inclusão de estratégias de prevenção que visem tanto a proteção das vítimas quanto a educação de grupos de risco. A efetividade dessas intervenções dependerá da capacidade de os profissionais de saúde mental estabelecerem conexões autênticas e empáticas, permitindo que os adolescentes se sintam vistos, ouvidos e compreendidos.

Abordagens Terapêuticas na Psicologia Fenomenológico-Existencial

O olhar fenomenológico-existencial na psicologia oferece perspectiva singular no tratamento de traumas, como o abuso sexual na infância e adolescência. Tendo em vista que, essa vertente enfatiza a experiência subjetiva do indivíduo, permitindo que o terapeuta compreenda o mundo interno do paciente em sua totalidade. Nesse contexto, a Terapia Centrada na Pessoa emerge como prática fundamental. Desenvolvida por Carl Rogers, essa terapia busca criar ambiente seguro e acolhedor onde o paciente possa explorar livremente suas emoções e pensamentos, sem o medo de julgamentos ou interpretações prescritivas. O terapeuta atua como facilitador, refletindo empatia, congruência e aceitação incondicional, o que permite ao indivíduo se conectar com suas emoções reprimidas e encontrar formas de expressar suas experiências dolorosas (Vieira et al., 2025).

Complementando esta abordagem, as Técnicas de Escuta Ativa desempenham um papel crucial na terapia fenomenológico-existencial. Essa técnica não se limita à mera escuta, mas incorpora presença atenta e profunda consideração pelo que o paciente está comunicando. Através da escuta atenta, o terapeuta não só decifra os conteúdos verbais, mas também atenta para as nuances emocionais que frequentemente emergem na linguagem não verbal.



Isso inclui observar a linguagem corporal, o ritmo da fala e as pausas, que podem refletir ansiedades ou resistências subjacentes. A escuta ativa permite ao terapeuta abordar questões complexas e difíceis, proporcionando espaço no qual o jovem se sente validado em suas vivências, mesmo que outras narrativas sociais muitas vezes minimizem ou deslegitimem sua dor (Sousa et al., 2024).

Essas abordagens terapêuticas são particularmente eficazes no tratamento das consequências do abuso sexual, pois incentivam a autoconhecimento e a autoaceitação. Elas também favorecem a construção de relacionamentos saudáveis e a capacidade de lidar com as adversidades (Maciel & Branco, 2025). Através da reconexão com suas vivências, os indivíduos são capazes de reescrever suas narrativas de forma a integrá-las em seu ser, promovendo, assim, um sentido renovado de identidade e pertencimento (Branco et al., 2023). Essa natureza integrada da terapia fenomenológico-existencial reafirma seu papel vital na recuperação e no fortalecimento da saúde mental de jovens vítimas de traumas.

Terapia Centrada na Pessoa

A Terapia Centrada na Pessoa (TCP), proposta por Carl Rogers, emerge como um pilar na Psicologia Fenomenológica-Existencial, caracterizando-se por uma abordagem humanista que valoriza a experiência subjetiva do indivíduo. Este modelo terapêutico enfatiza a autenticidade, a empatia e a aceitação incondicional, criando espaço seguro para que o paciente possa explorar suas emoções, pensamentos e experiências de maneira profunda. A relevância da TCP para a prevenção e tratamento de traumas resultantes de abuso sexual na infância e adolescência é particularmente notável. Através da terapia, o profissional não apenas ajuda o paciente a verbalizar seu sofrimento, mas também a reestruturar a narrativa da própria vida, promovendo um processo de autocontrole e autocompreensão (Couto, 2024).



Um dos aspectos fundamentais da TCP é a atenção aos sentimentos e à percepção do indivíduo sobre sua própria realidade. No contexto de abuso, muitas vezes os sobreviventes sentem-se incapazes de expressar seus sentimentos ou podem ter desenvolvido uma autoimagem distorcida. Através da escuta ativa e da validação emocional, o terapeuta facilita a construção de relação de confiança, permitindo que esses jovens, muitas vezes silenciados, encontrem suas vozes. Essa relação terapêutica não é apenas espaço de confidencialidade, mas ambiente onde o paciente é encorajado a reconhecer e aceitar suas próprias emoções, levando a integração mais saudável dos eventos traumáticos em seu ser. Rogers sustenta que, ao acolher esses sentimentos, o paciente pode começar a experimentar processo de autoaceitação que é vital para a cura emocional (Duran, 2023).

Outro elemento essencial da TCP é a promoção da autodeterminação e do crescimento pessoal. Na trajetória de recuperação do trauma, incentivar o indivíduo a se vir como agente de sua própria vida é crucial. Através da Terapia Centrada na Pessoa, os adolescentes e crianças podem começar a ressignificar suas experiências, encontrar novos significados e se engajar no processo de transformação pessoal. Assim, esta abordagem não apenas visa tratar os sintomas do trauma, como também aspira à promoção de saúde psicológica robusta, na qual cada indivíduo possa se voltar para dentro, abraçar sua dor e, com isso, cultivar nova forma de se relacionar com o mundo (Benício, Santos Cordeiro, Santos Sakamoto, Abreu, Silva & Vieira, 2025). Em última análise, a Terapia Centrada na Pessoa se configura como abordagem poderosa no contexto do tratamento de trauma e abuso, alinhando-se com os objetivos da psicologia fenomenológico-existencial que valoriza a experiência humana em sua totalidade.



A Escuta Ativa

A escuta ativa é uma técnica fundamental nas abordagens terapêuticas da psicologia fenomenológico-existencial, especialmente no contexto do tratamento de vítimas de abuso sexual na infância e adolescência. Essa técnica se baseia na capacidade do terapeuta de realmente ouvir e compreender a experiência subjetiva do paciente, permitindo a criação de um ambiente seguro e acolhedor. A escuta ativa envolve não apenas a recepção das palavras, mas também a percepção dos sentimentos e significados subjacentes que emergem durante o processo de comunicação. Dessa forma, o terapeuta deve demonstrar empatia, refletindo o que foi dito e validando as emoções expressas, o que facilita que o paciente se sinta compreendido em suas dores e angústias (Castro et al, 2025; Meira et al, 2024).

Entre os aspectos práticos da escuta ativa, destacam-se a manutenção de contato visual, a utilização de gestos que expressem atenção e a reformulação de conteúdos falados pelo paciente de maneira a esclarecer e amplificar a compreensão mútua. O terapeuta também pode fazer uso de perguntas abertas para incentivar a interlocução, permitindo que o paciente explore mais profundamente suas experiências e sentimentos. Por exemplo, em resposta a uma narrativa de abuso, em vez de interromper com perguntas fechadas, o terapeuta pode perguntar "Como isso o fez sentir na época?" ou "Que pensamentos surgem para você quando recorda esses momentos?". Essas perguntas não só consolidam espaço de escuta, mas também promovem a autoconsciência e a autoexploração do paciente (Castro, 2023; Castro & Meira, 2025).

É crucial que o profissional mantenha atitude de não-julgamento e aceitação incondicional, características que fortalecem a relação terapêutica. Com isso, o outro se sente mais à vontade para compartilhar vivências dolorosas, sabendo que ali não encontrará crítica, mas sim compreensão. Essa abordagem não apenas favorece a construção da confiança entre terapeuta e



paciente, mas também facilita a expressão eficaz de experiências traumáticas, que é passo essencial no processo de bem-estar psíquico (Silva & Castro, 2025; Silva et al., 2025). Ao aplicar consistentemente as técnicas de escuta ativa, o terapeuta consegue não apenas entender melhor o mundo interno do paciente, mas também possibilitar o seu resgate da experiência vivida de maneira que o encoraja a reescrever sua narrativa pessoal, fortalecendo a capacidade de enfrentar e superar os impactos do abuso.

Desafios Éticos e Práticos

A abordagem fenomenológico-existencial em contextualização do abuso sexual na infância e adolescência impõe reflexão crítica sobre os desafios éticos e práticos que permeiam a prática clínica. Um dos aspectos mais controversos é a questão da confidencialidade e do consentimento, que adquirem nuances complexas quando se trabalha com populações vulneráveis. A ética profissional demanda que os psicólogos preservem a privacidade do paciente, contudo, essa obrigação pode entrar em conflito com a necessidade de reportar casos de abuso, especialmente quando o bem-estar do menor está em risco. A intrincada dinâmica de consentimento informando menores, que muitas vezes pode não ter a maturidade emocional necessária para compreender as implicações de suas decisões, traz à luz a importância de diálogo aberto e educativo que assegure às crianças e adolescentes exporem suas experiências e sentimentos relativos à sua situação (Fonseca, 2025; Bueno & Albuquerque, 2024).

Adicionalmente, as intervenções em crises, que são fundamentais no tratamento de sobreviventes de abuso, apresentam seus próprios desafios éticos. Profissionais enfrentam a urgência em agir para estabilizar o estado emocional do jovem, frequentemente resultando em decisões apressadas que podem comprometer a relação terapêutica a longo prazo. O desafio reside não apenas em escolher as intervenções mais adequadas, mas também em comunicar a abordagem aos envolvidos de forma clara e sensível. Estratégias



que priorizam a escuta ativa e o respeito pelo tempo e ritmo do paciente são essenciais (Castro, 2023). Além disso, a atenção deve ser redobrada à possibilidade de revitimização durante as intervenções, o que destaca a importância da formação contínua dos profissionais em ética, empatia e técnicas de atendimento que respeitem a integridade do jovem (Lima et al, 2022).

Esses desafios éticos e práticos ilustram a necessidade de contínuo debate sobre as melhores práticas na abordagem do abuso sexual na infância e adolescência, engajando não apenas profissionais da psicologia, mas também educadores, assistentes sociais e a sociedade como um todo. A construção de rede de apoio e de um ambiente colaborativo pode auxiliar na mitigação dos riscos associados a essas questões, promovendo uma abordagem mais holística e respeitosa no tratamento de vítimas (Cattani et al., 2021). É imprescindível que a prática profissional transcenda a mera aplicação de protocolos, abraçando a compreensão mais profunda das experiências vividas pelos jovens, com vistas a sua verdadeira renaturalização e empoderamento.

Confidencialidade e Consentimento

A confidencialidade e o consentimento são princípios éticos fundamentais na prática da psicologia, especialmente ao lidar com questões tão delicadas como o abuso sexual na infância e adolescência. A confidencialidade se refere à obrigação dos profissionais de saúde mental em proteger as informações pessoais dos seus pacientes. Esse compromisso é crucial para criar espaço seguro, onde jovens vítimas de abuso possam expressar suas experiências sem temor de represálias ou julgamentos. O sigilo é ainda mais relevante no contexto de violência sexual, uma vez que, esses indivíduos frequentemente já enfrentam o estigma social e o trauma psicológico resultante do abuso. Portanto, garantir que suas narrativas permaneçam privadas é pilar essencial para o tratamento eficaz e a recuperação (Silva & Dantas, 2023).



No entanto, a questão do consentimento apresenta complexidades significativas na intervenção com crianças e adolescentes. Os profissionais devem estar profundamente cientes das nuances legais e éticas que cercam a capacidade dos menores para fornecer consentimento informado. Em muitas jurisdições, as leis estabelecem que adolescentes podem ter a capacidade de consentir a certos tipos de tratamento psicológico, mas o contexto da situação exige um exame cuidadoso. Além disso, é importante que os psicólogos busquem o consentimento dos responsáveis legais, enquanto ainda promovem a autonomia do jovem. Ao abordar este tema, a transparência nas comunicações e o envolvimento ativo do paciente no processo de consentimento são cruciais, ressaltando a importância de esclarecer o que envolve o tratamento, incluindo seus objetivos, métodos e potenciais riscos (Meira, Fernandes & Castro (2022).

Para otimizar a confidencialidade e garantir o consentimento genuíno, os profissionais de saúde mental devem não apenas se guiar por protocolos éticos, mas também por diretrizes culturais e sociais que afetam as dinâmicas familiares e a percepção de violência. O diálogo aberto sobre os limites do sigilo, especialmente em situações em que há riscos de segurança para a criança, é essencial. Assim, a prática clínica deve buscar equilíbrio delicado entre proteger a privacidade do indivíduo e atender à obrigação legal de reportar abusos, estabelecendo espaço onde os jovens possam se sentir ouvidos e respeitados enquanto enfrentam os desafios de sua realidade (Breno & Albuquerque, 2024). A integração desses aspectos éticos na prática clínica não apenas fortalece a relação terapeuta-paciente, mas também promulga ambiente de desenvolvimento de autoconfiança e dignidade para os sobreviventes de abusos.

E nos casos das crises, como fazer?

As crises em contextos de abuso sexual na infância e adolescência demandam intervenções cuidadosas e informadas, sendo fundamentais para estabilizar a situação da vítima e promover ambiente de segurança. Essas



intervenções devem ser abordadas com sensibilidade, levando em conta o estado emocional da pessoa em crise, que frequentemente se encontra em estado de vulnerabilidade extrema. É essencial que os profissionais de saúde mental sejam treinados para reconhecer os sinais de trauma e responder a eles de maneira apropriada, utilizando estratégias que favoreçam empatia e comunicação aberta. A perspectiva fenomenológico-existencial, neste sentido, coloca foco especial na experiência subjetiva do jovem, reconhecendo a singularidade de suas reações e sentimentos diante da crise (Dias & Hage, 2024).

Intervenções em crises podem ser divididas em diferentes etapas que visam restabelecer a segurança e facilitar a expressão emocional. Inicialmente, é crucial criar espaço seguro onde a vítima se sinta à vontade para compartilhar sua experiência. Isso pode incluir técnicas de escuta ativa, onde o profissional valida os sentimentos do indivíduo, ajudando-o a processar suas emoções e a entender que suas reações são normais em face de uma situação traumática (Castro, 2023; 2021). Adicionalmente, é importante respeitar o tempo do jovem, permitindo-lhe discursar sobre o evento quando estiver pronto, sem pressão. O uso de técnicas de grounding e mindfulness pode ser benéfico para ajudar o jovem a se reconectar com a realidade presente, reduzindo a ansiedade e a sensação de desamparo (Castro, 2021).

Assim, deve considerar a rede de apoio ao redor da vítima, promovendo intervenções que incentivem a participação de familiares ou outros significativos, quando apropriado. Este suporte deve ser orientado para reforçar a capacidade de resiliência do jovem e ensiná-lo sobre recursos de enfrentamento que possam ser empregados em futuras crises (Oliveira & Carvalho Barbosa, 2025). Promover a interface que una os aspectos fenomenológico-existenciais da vivência de abuso e as ferramentas práticas de intervenção pode oferecer modelo robusto para lidar com as complexidades das crises ocorridas neste



contexto, melhorando as perspectivas de recuperação e fortalecendo a relação terapêutica facilitadora do processo.

Prevenção do Abuso Sexual

A prevenção do abuso sexual, especialmente entre crianças e adolescentes, é empreendimento multifacetado que exige a colaboração de educadores, familiares e a comunidade em geral. Os programas educativos emergem como ferramenta crucial nesse contexto. Estes programas devem ser estruturados de modo a oferecer informações sobre consentimento, limites corporais e a identificação de comportamentos inadequados. Além de abordar a sexualidade de maneira saudável, é essencial que as iniciativas educativas incluam formação para pais e adultos, capacitando-os a detectar sinais de abuso e a desenvolver comunicação aberta com os jovens (Cabral et al., 2025).

O envolvimento da comunidade é complemento vital a esses programas. Neste sentido, o estabelecimento de parcerias entre escolas, instituições sociais e serviços de proteção pode facilitar o acesso a recursos e suporte psicológico. Comunidades informadas e atentas têm maior capacidade para promover um ambiente que desencoraja abusos, utilizando estratégias como oficinas, palestras e eventos comunitários que enfatizam a proteção infantil. Além disso, o treinamento de profissionais que atuam em áreas como saúde, assistência social e educação é fundamental, pois estes indivíduos frequentemente são os primeiros pontos de contato para denunciar abusos ou oferecer suporte a vítimas (Silva & Castro, 2023).

A nosso ver, a criação de políticas públicas que priorizem a proteção à infância, aliada a um sistema de monitoramento e avaliação dessas iniciativas, torna-se pilar para a sustentação de práticas de prevenção efetivas. A perspectiva clínica fenomenológico-existencial destaca a importância de compreender as experiências vividas por vítimas e comunidades na formulação de políticas sensíveis às realidades sociais e emocionais. Portanto, ao combinar



a sensibilização educacional com o envolvimento ativo da comunidade, é possível cultivar espaço onde o abuso sexual é não apenas prevenido, mas também enfrentado de maneira robusta e sistemática, assegurando a proteção e o bem-estar de todos os jovens.

Programas Educativos

Os programas educativos destinadas à prevenção do abuso sexual na infância e adolescência têm papel crucial na formação de indivíduos conscientes e informados sobre suas experiências corporais e emocionais. Esses programas frequentemente são implementados em escolas, instituições comunitárias e organizações não governamentais, visando proporcionar espaço seguro para discutir questões sensíveis e promover a autodeterminação dos jovens. Essencialmente, a abordagem educacional é baseada na psicologia fenomenológico-existencial, que valoriza a singularidade da experiência subjetiva de cada criança e adolescente, permitindo que eles expressem suas percepções e sentimentos acerca de seu próprio corpo e dos relacionamentos interpessoais (Castro et al, 2025).

Os programas costumam incluir palestras interativas, workshops e atividades práticas que incentivam a comunicação aberta. Através de pedagogia que prioriza a experiência vivencial, os educadores ajudam os jovens a desenvolver habilidades de asseveração e a reconhecer comportamentos inadequados. Aspecto importante desses programas é a inclusão de informações sobre os direitos das crianças, enfatizando que todas devem se sentir seguras, respeitadas e protegidas. Além disso, os programas são frequentemente multilaterais, envolvendo não apenas os alunos, mas também pais e educadores, promovendo abordagem comunitária para a educação sobre abuso sexual. Essa colaboração é fundamental para criar ambiente de apoio e compreensão, onde as vítimas potenciais se sintam à vontade para buscar ajuda e orientação (Meira et al., 2022).



Compreendemos que a eficácia desses programas pode ser amplificada através de parcerias com profissionais da saúde, da psicologia e da justiça, que podem agregar conhecimentos técnicos e recursos, fazendo link direto entre a teoria e a prática. Medidas de avaliação contínua da eficácia dos programas devem ser realizadas, buscando ajustar o conteúdo abordado às necessidades específicas do público-alvo, considerando as particularidades culturais e sociais. Desse modo, o objetivo é assegurar que crianças e adolescentes tornem-se agentes ativos na sua própria proteção, rompendo o ciclo de silêncio e estigmatização que muitas vezes cerca o abuso sexual. Ao cultivar ambiente educacional proativo, baseado na comunicação e no respeito, a sociedade se aproxima de uma prevenção efetiva e duradoura.

Envolvimento da Comunidade

O envolvimento da comunidade é componente fundamental na prevenção do abuso sexual durante a infância e adolescência. Compreender que a proteção das crianças não é responsabilidade isolada de instituições ou indivíduos, mas sim tarefa coletiva, é premente para criar ambientes saudáveis. A iniciativa comunitária deve incluir ampla gama de atores, como escolas, organizações da sociedade civil, famílias e profissionais da saúde, melhorando assim o horizonte de sensibilização e proteção em torno deste tema delicado (Cabral et al., 2025).

Programas comunitários que promovam a educação sobre os direitos das crianças são essenciais. Essas iniciativas oferecem informações claras e acessíveis sobre como identificar comportamentos de risco e reforçar mecanismos de denúncia. Além disso, o fortalecimento de redes de apoio pode ser alcançado através de workshops, palestras e atividades colaborativas que envolvam tanto jovens quanto adultos. Promover o diálogo aberto sobre a realidade do abuso e suas consequências psicossociais desmistifica o problema, encorajando as vítimas a se pronunciarem e a buscarem ajuda. O papel da



comunidade, nesse contexto, é atuar como rede de suporte, onde a empatia e a solidariedade são fundamentais (Maricaú et al., 2025).

Ressalte-se que o envolvimento da comunidade também se reflete na prevenção, que requer a participação ativa dos cidadãos. A mobilização social, criada por meio de atividades de cons e campanhas de informação, pode auxiliar na construção de espaços mais seguros. Esses esforços se complementam à formação contínua de educadores e profissionais da saúde, equipando-os com ferramentas e conhecimentos para lidar com casos de abuso. Ao criar senso de responsabilidade compartilhada entre todos os membros da comunidade, pode-se potencializar a cultura de proteção e respeito, elementar na erradicação do abuso sexual infantil e adolescente. Assim, a união de esforços consubstancia-se em um espaço saudável, onde cada criança tem o direito de crescer sem medo e com dignidade.

Políticas Públicas e Legislação

As questões relativas ao abuso sexual na infância e adolescência exigem uma abordagem holística que envolve a criação e implementação de políticas públicas robustas e eficazes, bem como arcabouço jurídico que proteja os direitos das vítimas e promova a responsabilização dos agressores. No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 é um marco fundamental, consagrando o direito à proteção da criança e do adolescente, e estabelecendo diretrizes para a promoção de sua dignidade e bem-estar. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído em 1990, representa avanço significativo na concretização dessa proteção, articulando direitos e responsabilizações, além de assegurar que as crianças e adolescentes tenham acesso a mecanismos de denúncia e suporte psicológico em casos de abuso (Pimenta & Visentin, 2021).

Entre as legislações mais relevantes, destaca-se a Lei nº 13.431/2017, que cria a política de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Essa legislação estabelece um sistema de garantia de direitos que



integra diferentes esferas do governo e da sociedade civil, promovendo a articulação entre os serviços de saúde, educação, assistência social e segurança pública. Além disso, a promoção da escuta especializada e a proteção das informações pessoais das vítimas refletem esforço maior para reduzir o estigma e o silenciamento em torno do abuso sexual, reconhecendo a importância de ambiente Seguro e acolhedor para que as vítimas se sintam encorajadas a relatar suas experiências (Silva & Carvalho, 2024).

Compreenda-se, no entanto, que a eficácia das políticas públicas e da legislação depende não apenas de sua elaboração, mas também de sua implementação e monitoramento contínuo. A capacitação de profissionais que atuam nas áreas de saúde, educação e assistência social é imprescindível para que possam identificar e acompanhar casos de abuso de forma sensível e eficaz. Além disso, campanhas de sensibilização e educação comunitária desempenham papel basilar na prevenção do abuso sexual, uma vez que, promovem o entendimento mais profundo da problemática e incentivam a denúncia. Portanto, a intersecção da legislação com políticas públicas voltadas para a proteção das crianças e adolescentes não somente busca assegurar direitos, mas também propõe o compromisso ético e social em sua defesa.

Direitos da Criança e do Adolescente

A proteção dos direitos da criança e do adolescente representa um pilar fundamental na construção de sociedades justas e equitativas. As diretrizes para assegurar esses direitos foram amplamente consolidadas na Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1989, que estabelece uma série de garantias, incluindo o direito à vida, à saúde, à educação e, essencialmente, à proteção contra qualquer forma de violência e exploração. No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído em 1990, reafirmam a urgência de assegurar o bem-estar e o desenvolvimento pleno dos menores,



consagrando-os como sujeitos de direitos ao invés de meros objetos de proteção (Fernandez & Corrêa, 2024; Santos & Mota, 2023).

Os direitos da criança e do adolescente abrangem aspectos multidimensionais, como o desenvolvimento físico, emocional e psicológico. Em particular, preocupam-se com a necessidade de criar ambientes seguros e nutritivos, que promovam a integração social e o respeito à identidade, dignidade e aos valores culturais. A legislação também impõe ao Estado, à família e à sociedade a responsabilidade de colaborar no suporte e na defesa dos menores, enfatizando o papel da educação como direito inalienável, essencial para a formação de cidadãos conscientes e ativos. Isso implica não apenas a disponibilização de instituições educacionais, mas também a promoção de conteúdos que valorizem a empatia, o respeito às diferenças e o combate a práticas discriminatórias (Sousa et al., 2025; Campos & Urnau, 2021).

É preciso deixarmos claro que, o conceito de proteção integral presente no ECA estimula a criação de políticas públicas que vão além da mera assistência, integrando abordagens que visem a prevenção e a intervenções adequadas em situações de vulnerabilidade, como o abuso sexual. A sinergia entre as esferas de governo, a sociedade civil e a participação ativa das crianças e adolescentes na formulação de políticas que os afetem diretamente são fundamentais para garantir que seus direitos sejam respeitados. Em cenário onde o abuso sexual é questão alarmantemente presente, o fortalecimento das redes de apoio, a formação de profissionais capacitados para lidar com esses casos e a promoção da conscientização acerca dos direitos dos menores são partes cruciais da estratégia para criar um ambiente em que crianças e adolescentes se sintam seguros e valorizados. O reconhecimento desses direitos é não apenas questão jurídica, mas imperativo moral que deve transcender todas as esferas sociais.



Leis Relacionadas ao Abuso Sexual

A legislação brasileira aborda o abuso sexual infantil e juvenil de forma abrangente, refletindo preocupação com a proteção dos direitos dos menores e a responsabilização dos agressores. A Constituição Federal de 1988 é um marco fundamental, estabelecendo que a infância e a adolescência são deveres do Estado e da sociedade, promovendo mecanismos legais para preservar a integridade física e psíquica de crianças e adolescentes. A Lei nº 8.069 de 1990, conhecida como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), consolidou esses princípios, conferindo ênfase à prevenção e ao combate ao abuso sexual. O ECA não apenas define o abuso como violação dos direitos humanos, mas também impõe penalidades rigorosas aos infratores (Borges & Franco, 2025).

Complementando o arcabouço jurídico, a Lei nº 12.015 de 2009 altera o Código Penal para tornar mais específicas as definições dos crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Essa legislação estabelece penas mais severas, abrangendo não apenas o abuso sexual, mas também a exploração sexual e a prostituição infantil. A proteção das vítimas é um dos eixos centrais da lei, que prevê mecanismos de apoio psicológico e atendimento adequado, assegurando que as vítimas possam se reabilitar e se reintegrar socialmente. Outras normas complementares, como a Lei nº 13.431 de 2017, introduzem a escuta especializada e a proteção do depoimento da criança em investigações e processos judiciais, buscando minimizar a revitimização (Costa & Freire, 2024; Maia et al., 2023).

Observemos que nosso país ratificou convenções internacionais que reforçam o compromisso legal com a proteção dos direitos de crianças e adolescentes em situações de abuso sexual, como a Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU e o Protocolo de Palermo, que combate o tráfico de seres humanos, incluindo crianças. Tais tratados internacionais não apenas fortalecem a estrutura jurídica nacional, mas também impulsionam políticas públicas voltadas para a educação e sensibilização da sociedade, visando à



erradicação do abuso sexual na infância e adolescência. Portanto, a articulação entre legislação, políticas públicas e a mobilização social é fundamental para enfrentar essa grave violação de direitos humanos, garantindo um futuro mais seguro e promissor para as novas gerações.

Novas Perspectivas Teóricas

As novas perspectivas teóricas na psicologia fenomenológico-existencial em relação ao abuso sexual na infância e adolescência oferecem rico panorama de compreensão e intervenção. Estas perspectivas são ancoradas na ideia central de que a experiência subjetiva do indivíduo é primordial para a construção de sua realidade, privilegiando a percepção da vítima em relação aos eventos traumáticos. A fenomenologia, ao se concentrar na vivência única do sujeito, permite que profissionais da saúde mental compreendam as nuances emocionais e psicológicas que moldam a identidade do indivíduo afetado por tais abusos. Essa abordagem enfatiza a importância do contexto existencial, integrando não apenas a experiência do trauma, mas também os fatores sociais, culturais e históricos que influenciam a recuperação (Castro et al., 2025).

Além disso, a intersecção entre a fenomenologia e a arte-terapia representa inovação considerável no entendimento e tratamento de crianças e adolescentes vítimas de abuso. A manifestação artística permite que essas vítimas expressem emoções difíceis de verbalizar, facilitando a exploração de traumas a partir de uma perspectiva não verbal. Essa confluência de abordagens é essencial, pois abre novas possibilidades para a elaboração de terapias mais inclusivas e adaptáveis às necessidades dos jovens pacientes. As narrativas artísticas, por sua vez, podem servir como vetor para a reintegração do indivíduo, promovendo a construção de uma nova narrativa de vida que transcende o trauma e gera Esperança (Silva & Castro, 2023).

A nosso ver, a adoção de uma abordagem relacional, que prioriza a construção de vínculo terapêutico seguro e confiável, também emerge como



aspecto crítico nas novas teorias. O reconhecimento de que a recuperação do trauma está fortemente ligada à qualidade das relações interpessoais oferece visão mais otimista e proativa em relação ao tratamento. Nesse sentido, os profissionais são incentivados a cultivar ambientes terapêuticos que favoreçam a empatia, a escuta ativa e a validação das experiências dos pacientes. Esses avanços teóricos não apenas enriquecem o aparato clínico da psicologia, mas também trazem à tona a importância do reconhecimento e da resposta social eficaz diante do abuso sexual, posicionando o bem-estar da vítima no cerne dos esforços de recuperação e mudança.

Considerações finais ou seriam iniciais?

O estudo reafirma a necessidade de abordagem integral e humanizada ao lidar com as consequências do abuso, que se estendem além do trauma imediato, afetando a identidade e o desenvolvimento psicológico das vítimas. A perspectiva fenomenológico-existencial permite entender o sujeito em sua totalidade, enfatizando a experiência individual e o significado pessoal que o abuso adquire na vida da criança ou do adolescente. Propõe que o tratamento não seja apenas uma série de intervenções técnicas, mas jornada de redescoberta, no qual o profissional atua como facilitador da processualidade de ressignificação da experiência vivida.

Convém salientar, que a relevância de se considerar fatores sociais e culturais no tratamento não pode ser subestimada. Contextos familiares, dinâmicas de poder e normas culturais influenciam a percepção do abuso e o processo de recuperação. A intervenção deve fomentar ambiente seguro onde a vítima possa explorar suas emoções, medos e resiliência, facilitando a expressão de sua narrativa pessoal. A construção de relações de confiança entre terapeuta e paciente emerge como aspecto central neste processo, já que essa relação é veículo para a restauração da autoeficácia e da autodeterminação, muitas vezes comprometidas pelo abuso.



Desse modo, a luta coletiva contra o abuso sexual infantil e adolescente também precisa ser ressaltada. Educadores, profissionais da saúde e políticos devem trabalhar juntos na criação de políticas públicas que garantam a proteção das vítimas e promovam a sensibilização sobre os impactos do abuso. A fenomenologia nos ensina que ouvir e validar a experiência do outro é fundamental para seu processo de bem-estar físico e psíquico, e, nesse sentido, a sociedade tem papel vital a desempenhar. Portanto, a integração de abordagens fenomenológico-existenciais nas intervenções clínicas e na formulação de políticas têm potencial não apenas para possibilitar sair do quadro em que se encontra, mas também para transformar a narrativa em torno do abuso sexual, promovendo a autoria de vida às vítimas e assegurando que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas.

Referências

- Aguiar, D. A. (2025). A INTERDISCIPLINARIDADE COMO ESTRATÉGIA DE ATENDIMENTO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. *ARACÊ*. v.7, n.1, p.3345-3353
<https://doi.org/10.56238/arev7n1-200>
- Aguiar, G. G., et al., (2024). Repercussões psicológicas de adultos que sofreram abuso sexual na infância. *Journal of Health & Biological Sciences*, 12(1), 1-13.
- Almeida, K. S. (2025). A Psicologia do Medo e do Estresse do Público Infanto-Juvenil em Situação de Violência Sexual. *Periódicos LATTICE*. v. 02, n. 02, DOI: <https://doi.org/10.70579/pl.v1i1.64>
- Alves, A. F. R., & Scorsolini-Comin, F. (2024). Pensar a infidelidade no espaço clínico: uma leitura fenomenológico-existencial ancorada nos marcadores de raça e gênero *PHENOMENOLOGICAL STUDIES-Revista da Abordagem Gestáltica*, 30(1).
- Benício, B. C., Santos Cordeiro, A. C., Santos Sakamoto, K., Abreu, Y. G., Silva, G. M., & Vieira, L. G. D. (2025) A prática da clínica psicológica a partir da Fenomenologia e do Existencialismo: ensaio teórico! *AMazônica* –



Revista AMazônica, LIPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Revista de Psicopedagogia, Psicologia Escolar e Educação. Vol 18, Núm 1,
jan-jun, pág. 372-399

Branco, A. B. D. A. C., et al., (2023). Atuação da Psicóloga hospitalar na perspectiva da Abordagem Centrada na Pessoa. *Revista NUFEN: Phenomenology and Interdisciplinarity*, 15(1).

Bueno, D. A. & Albuquerque, C. (2024). Direito fundamental à saúde mental e suicídio: reflexões multidisciplinares para a institucionalização de uma clínica de psicologia jurídica na Universidade Federal de Rondônia. *Revista Thesis Juris*. v. 13, n. 2, p. 277-297, jul./dez.

Cabral, F. A., et al., (2025). A EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE CRIMES E IMPLICAÇÕES SOCIAIS. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 11(4), 95-106.

Campos, A. R. D. & Coelho, G. G. (2022). Transtorno de estresse pós-traumático e depressão à luz do filme as vantagens de ser invisível. *Revista Multidisciplinar da Saúde*. v.04, n.02, ano 2022, p.12-28

Campos, D. C. & Urnau, L. C. (2021). Exploração sexual de crianças e adolescentes: reflexão sobre o papel da escola. *Psicologia Escolar e Educacional*. 25 <https://doi.org/10.1590/2175-35392021221612>

Castro, E. H. B. (2021). *Perspectivas em Psicologia Fenomenológico-Existencial: fazeres, saberes e possibilidades*. Dialética

Castro, E. H. B., & Meira, J. C. (2025). Psicologia, Fenomenologia e o ser-amazônida:: meu território é corpo, meu corpo é território!. *AMazônica - Revista de Psicopedagogia, Psicologia escolar e Educação*, 18(2), 614-638.

Castro, E. H. B., Meira, J. C., Benício, B. C., do Rosário, D. A., & de Aquino Coelho, P. L. (2025) O olhar da Psicologia Fenomenológico-Existencial sobre a experiência. *AMazônica – Revista de Psicopedagogia, Psicologia Escolar e Educação* Vol. 18, número 2, jul-dez, 2025, pág. 251-294

Castro, E. H. B., Silva, G. M., Cortez, L. M., Gomes, G. M., Vieira, L. D., & Cordeiro, A. C. (2025) Pacto do Silêncio e Psicologia Fenomenológico-Existencial: compreendendo especificidades! *AMazônica - Revista de Psicopedagogia, Psicologia escolar e Educação* Vol. 18, número 2, jul-dez, pág 749-784



- Castro, E. H. B. (2024). Formação em Psicologia: ensaio teórico!. *Amazônica-Revista de Psicopedagogia, Psicologia escolar e Educação*, 17(1 jan-jun), 536-565.
- Castro, Y. B. & Sousa Alves, S. F. (2025). A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE MENTAL DAS CRIANÇAS NO ÂMBITO FAMILIAR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. *REVISTA FOCO*. v.18 n.4 e8261, p.01-23 DOI: 10.54751/revistafoco.v18n4-146
- Cattani, B. C., et al., (2021). A avaliação de crianças pré-escolares em varas de família: práticas periciais de psicólogos judiciais. *Quaderns de Psicologia*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 1975-. Vol. 23, n. 1 (2021), e1648, p. 1-25.
- Couto, I. S. L. (2024). *Avaliando as crenças centrais na adolescência*. Tese (Doutorado) Universidade Federal da Bahia.
- Dalla Bernardina, M. L., & Menegon, A. G. (2023). Crimes sexuais contra meninos. *REVISTA INTERNACIONAL DE VITIMOLOGIA E JUSTIÇA RESTAURATIVA*, 1(2).
- Dias, A. F. F., & Hage, Z. C. M. (2024). DEPRESSÃO E SUICÍDIO NA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL E CENTRADA NA PESSOA: Uma revisão integrativa. *Psicologia e Saúde em debate*, 10(2), 1-28.
- Duran, P. (2023). *Ensaio clínico randomizado para avaliar a eficácia do tratamento on-line com terapia cognitiva processual, promoção da saúde baseada em mindfulness e psicoterapia positiva para transtorno do estresse pós-traumático durante a pandemia covid 19*. Tese (Doutorado) Universidade Federal da Bahia.
- Fernandez, C. B. & Corrêa, V. L. M. (2024). CRIANÇAS NO AMBIENTE VIRTUAL: ENTRE RISCOS E PROTEÇÃO. *ARACÊ*. v. 6, n. 2, p. 2730-2745 <https://doi.org/10.56238/arev6n2-137>
- Fonseca, R. C. V. (2025). *Psicologia da Saúde no Contexto Hospitalar: Atendimento ao Paciente Internado*. Appris.
- Frazão, A. M. D. (2024). *O papel da vinculação aos cuidadores em acolhimento residencial na relação entre mau-trato e funcionamento psicológico*. Dissertação (Mestrado) Instituto Universitário de Lisboa.



- Gomes, J. da L. & Mallmann, L. J. (2021). O Fenômeno do abuso sexual infantil e a ambivalência afetiva sob o olhar da Gestalt-terapia. *IGT na Rede*, 18(34), 80-96. Epub 12 de maio de 2025. <https://doi.org/10.5281/zenodo.15149079>
- Jacó, S. P., et al., (2023). O sofrimento psíquico desencadeado pelo abuso sexual em crianças. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, 15(11), 14074-14092.
- Lima, I. P., et al., (2022). Alterações neurológicas em indivíduos com transtorno de estresse pós-traumático secundário ao abuso sexual na infância: uma revisão de escopo. *Research, Society and Development*, 11(4), e1611427125-e1611427125.
- Macedo, R. T. B., (2025). Reflexos da violência na infância que exacerbam na vida adulta. *Revista Recien-Revista Científica de Enfermagem*, 15(43), 59-67.
- Maciel, R. F., & Branco, P. C. C. (2025). Um entendimento sobre o trauma psicológico baseado em Carl Rogers: ensaio teórico. *Revista Psicopatologia Fenomenológica Contemporânea*, 14(1), 31-48.
- Maciel, R. F. & da Silva, V. C. A. (2024). Sofrimentos psíquicos dos jovens do “grupo de habilidade de vida” sob as perspectivas do letramento em saúde mental e da multimodalidade. *Linha D'Água*. v. 37, n. 02, p. 30-48, abr.-jun <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v37i2p30-48>
- Maricaú, J. D. B. R., de Brito, M. C. S., & Leite, M. A. R. (2025). A REPRESSÃO AO ABUSO SEXUAL INFANTIL NO AMAZONAS: EFETIVIDADE DAS MEDIDAS LEGAIS E DO ECA (2022-2024). *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 11(5), 6428-6445.
- Meira, J. C., & Castro, E. H. B. (2023). O abuso sexual na infância e adolescência, a corporeidade silenciada: relato de experiência no plantão psicológico. *Amazônica-Revista de Psicopedagogia, Psicologia escolar e Educação*, 16(1, jan-jun), 91-111.
- Meira, J. C., Silva Brasil, E., Silva, G. M., Rodrigues, D. M., & do Rosário, D. A. (2024). A Interseção entre Psicologia Fenomenológica Crítica e Racialidade *AMazônica – Revista de Psicopedagogia, Psicologia Escolar e Educação* Vol. 17, número 2, jul-dez, pág. 386-421



- Meira, J. C., Fernandes, M. C. B., & de Castro, E. H. B. (2022). Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial: a trajetória do pensamento fenomenológico em Dissertações de Mestrado na Ufam. *Revista Educação e Humanidades*, 3(1), 302-332.
- Muniz, C. E. N., et al. (2023). Impactos psicossociais associados aos fatores de risco e de proteção em crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, 15(10), 10748-10765.
- Oliveira, G. S. & de Carvalho Barbosa, A. F. (2025). A DECISÃO DE MORRER: UMA REFLEXÃO FENOMENOLÓGICA-EXISTENCIAL DO ROMANCE “VERONIKA DECIDE MORRER”. *ARACÊ*. v.7, n.3, p.14094-14103
<https://doi.org/10.56238/arev7n3-229>
- Pires, S. F. S. (2023). A violência como expressão dos desejos e das decisões humanas no ambiente acadêmico. *Novos estudos em ciências humanas*. Dialética
- Pires, S. F. S. (2025). ALÉM DO SIM E DO NÃO: Desafios teóricos para a compreensão da negociação, decisão e comunicação do consentimento sexual. *Rev. Psicologia, Saúde e Debate*. Mar., 11 (1):537-555
- Portes, L. F. M., et al., (2025). Fatores de risco associados aos transtornos de ansiedade em adolescentes: uma revisão sistemática de literatura. *Brazilian Journal of Health Review*, 8(2), e78639-e78639.
- Rodrigues, M. S. (2022). *Violência sexual incestuosa: uma análise psicanalítica sobre as marcas traumáticas na família*. Dissertação (Mestrado) Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia.
- Santos, S. L. & Amorim, H. S. (2024). ABUSO SEXUAL INFANTIL EO SILÊNCIO NO ÂMBITO FAMILIAR. *Revista Acadêmica Online*.
- Santos, M. C. & Mota, A. K. B. (2023). *Desafios e necessidades de crianças e adolescentes refugiados e migrantes no brasil: garantindo proteção, acesso à educação e integração social*.
<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6984>
- Silva, A. P. J. et al., (2021). Impacto na saúde mental de crianças vítimas de abuso sexual. *Diaphora*. v. 10 (3), jul/dez



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

- Silva, S. R. F. & Carvalho, J. N. M. (2024). A SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA E AS INTERFACES DAS CRIANÇAS: SUA/S INFÂNCIA/S, CULTURAS E DIREITOS. *Revista Diálogos Interdisciplinares*. v. 4, n. 16, dez.
- Silva, A. A. & Castro, E.H.B. de (2023). Na trilha do existir, a escuta que acalenta a alma: plantão psicológico, possibilidades e perspectivas. *AMazônica – Revista de Psicopedagogia, Psicologia Escolar e Educação* Vol. 16, número 1, jan-jun, 2023, pág. 283-302
- Silva Brito, E. & Silva, A. A. (2025). TRANSTORNO DO ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EXPOSTOS A VIOLÊNCIA SEXUAL. *Revista Faculdades do Saber*. 10 (24) : 558 - 571
- Soares, G. N., et al., (2021). Ocorrência de violência intrafamiliar relacionada ao consumo de álcool e outras drogas no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 15(2), 44-73.
- Sousa, M. P. (2024). *Violência de gênero: os significados produzidos por mães/responsáveis sobre o abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil feminino*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Piauí
- Sousa, B. F. O. M. (2023). *Processo Vicariante de Trauma e Resiliência nos Assistentes Sociais*. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra
- Sousa, J. M., et al., (2024). *HERÓIS DA SAÚDE MENTAL: Competências desejadas por profissionais para o cuidado psicossocial centrado na pessoa*. *Psicologia e Saúde em debate*, 10(2), 44-57.
- Strecht, P., et al., (2023). *Relatório da Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais de Crianças na Igreja Católica Portuguesa, 1950-2022*.
- Tavares, J. B. (2024). *Atitudes face ao abuso sexual de menor em São Tomé e Príncipe*. Dissertação (Mestrado) Universidade do Porto
- Tirabassi, T. M. O., et al., (2022). O silêncio no abuso sexual infantil e suas consequências. *Psicologias em Movimento*, 2(2), 62-80.

Submetido: 28/09/2025



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Aprovado: 27/11/2025

Publicado: 30/11/2025

Autores

Ewerton Helder Bentes de Castro

Pós-Doutor e Doutor em Psicologia pela FFCLRP/USP. Mestre em Educação pelo Programa em Pós-graduação em Educação – PPGE/UFAM. Professor Associado da Faculdade de Psicologia/UFAM. Docente do curso de graduação em Psicologia/FAPSI/UFAM. Líder do Grupo de pesquisa de Psicologia Fenomenológico-Existencial (CNPq). Coordenador do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial (LABFEN/UFAM). Coordenador do Projeto Plantão Psicológico em escola do sistema público de ensino em Manaus. E-mail: ewertonhelder@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2227-5278>

Adinamor Nazareth Viana de Souza

Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário FAMETRO. Membro do Plantão Psicológico em Escola do sistema público de ensino em Manaus. E-mail: adinamorjunior@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/00009-0004-7622-1552>

Samara Natália Sole Robles

Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário FAMETRO. Membro do Plantão Psicológico em Escola do sistema público de ensino em Manaus. E-mail: samarasole@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-1030-4508>

Maria Eduarda Matos Pinheiro

Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário FAMETRO. Membro do Plantão Psicológico em Escola do sistema público de ensino em Manaus. E-mail: matos0065@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-4555-8974>



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Gustavo Rosendo Costa

Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário FAMETRO. Membro do Plantão Psicológico em Escola do sistema público de ensino em Manaus. E-mail: gustavorosendocosta1@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-9465-2642>

André Silva Malaguetta

Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário FAMETRO. Membro do Plantão Psicológico em Escola do sistema público de ensino em Manaus. E-mail: malaguettaandre723@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-0698-9559>

Ariel de Souza Paixão Marques

Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário FAMETRO. Membro do Plantão Psicológico em Escola do sistema público de ensino em Manaus. E-mail: arielpaixao135@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-5116-6778>